

Sociedade
Beneficente de
Senhoras Hospital
Sírio-Libanês

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Diretores da
Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-libanês "Sociedade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-libanês em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

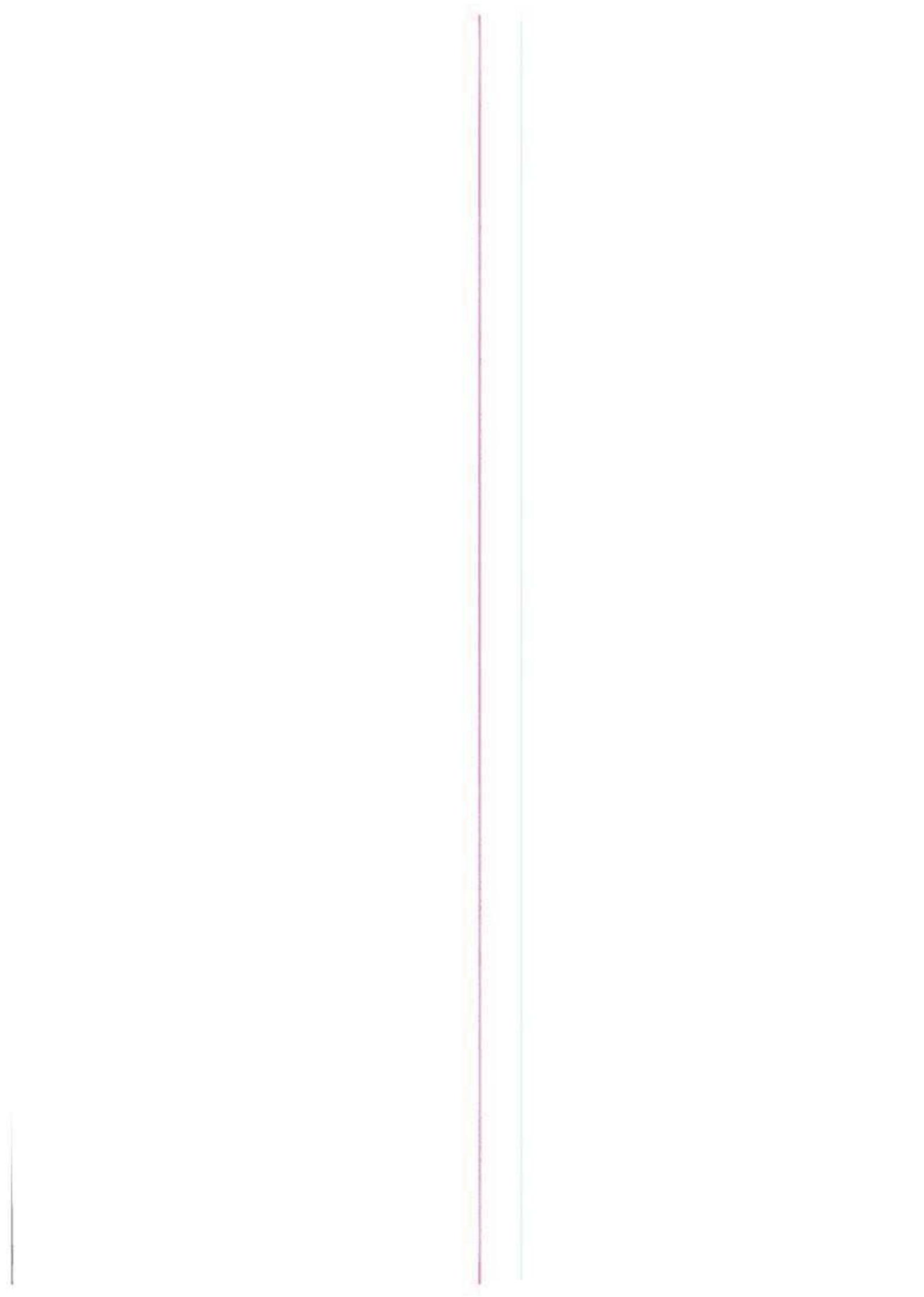
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 28P014428/O-8



Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

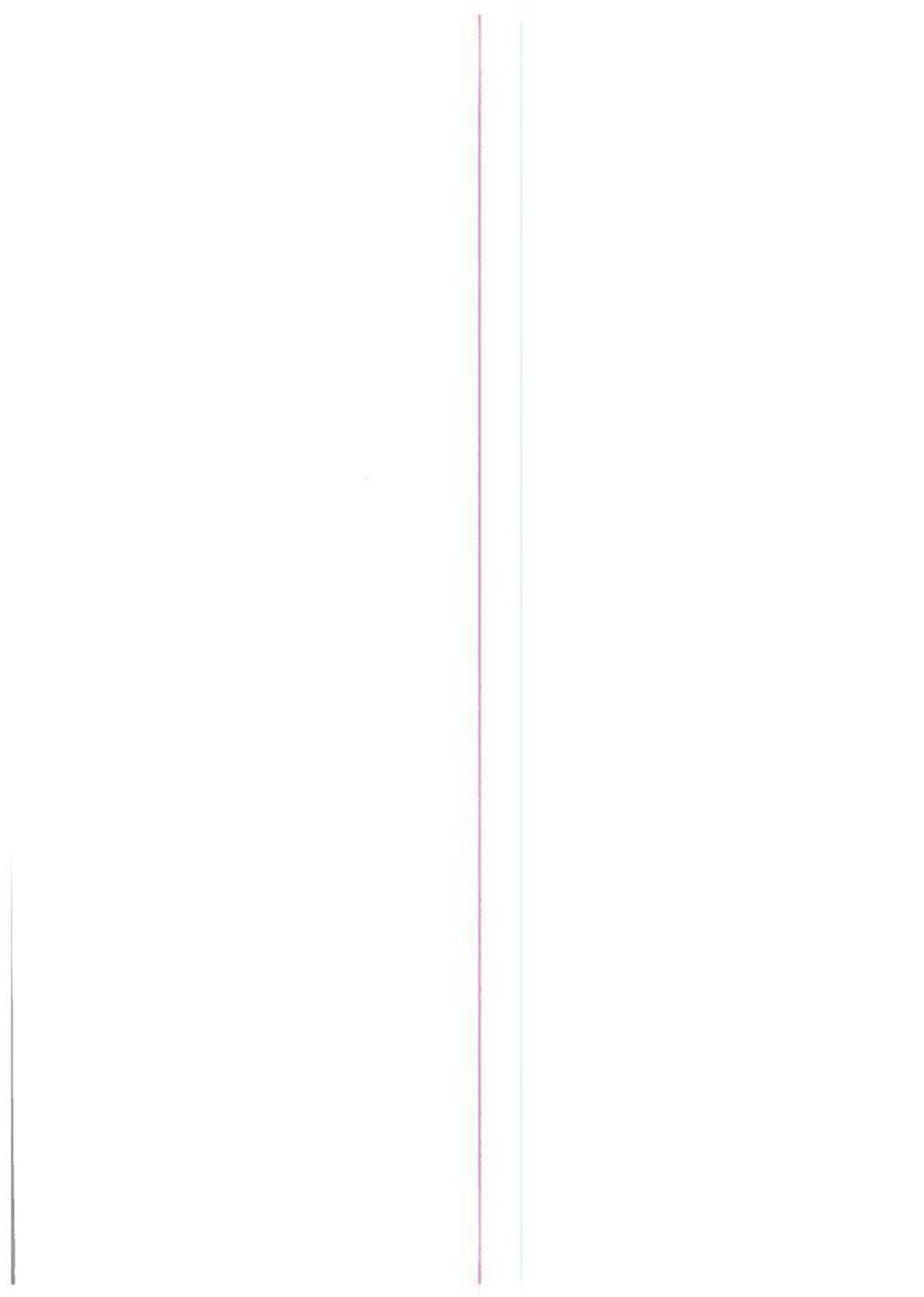


Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	118.668	255.644	Fornecedores	8	179.532	160.467
Títulos e valores mobiliários	4	52.421	50.307	Obrigações trabalhistas	9	89.860	74.930
Contas a receber de pacientes e convênios	5	620.968	506.478	Empréstimos e financiamentos	10	38.716	92.082
Estoques		71.024	54.872	Arrendamento mercantil financeiro	11	7.522	-
Outras contas a receber		38.549	40.111	Outras contas a pagar	12	58.694	48.167
		901.630	907.412	Provisão para gastos com filantropia	25	22.337	24.311
Não circulante						396.661	399.957
Realizável a longo prazo		-	583	Não circulante			
Contas a receber de pacientes e convênios	5	-	583	Empréstimos e financiamentos	10	432.756	455.052
Depósitos judiciais	13	24.743	68.187	Arrendamento mercantil financeiro	11	157.092	-
Outras contas a receber		-	304	Provisões para contingências	13	9.288	7.325
Direito de uso	7	159.832	-			599.136	462.377
Propriedades para investimento		4.080	-	Patrimônio líquido	14		
Imobilizado	6	1.667.052	1.576.464	Patrimônio social		1.676.270	1.597.621
		1.855.707	1.645.538	Reserva de reavaliação		38.347	46.072
				Dotações acumuladas		46.923	46.923
						1.761.540	1.690.616
Total do ativo		2.757.337	2.552.950	Total do passivo		2.757.337	2.552.950



Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

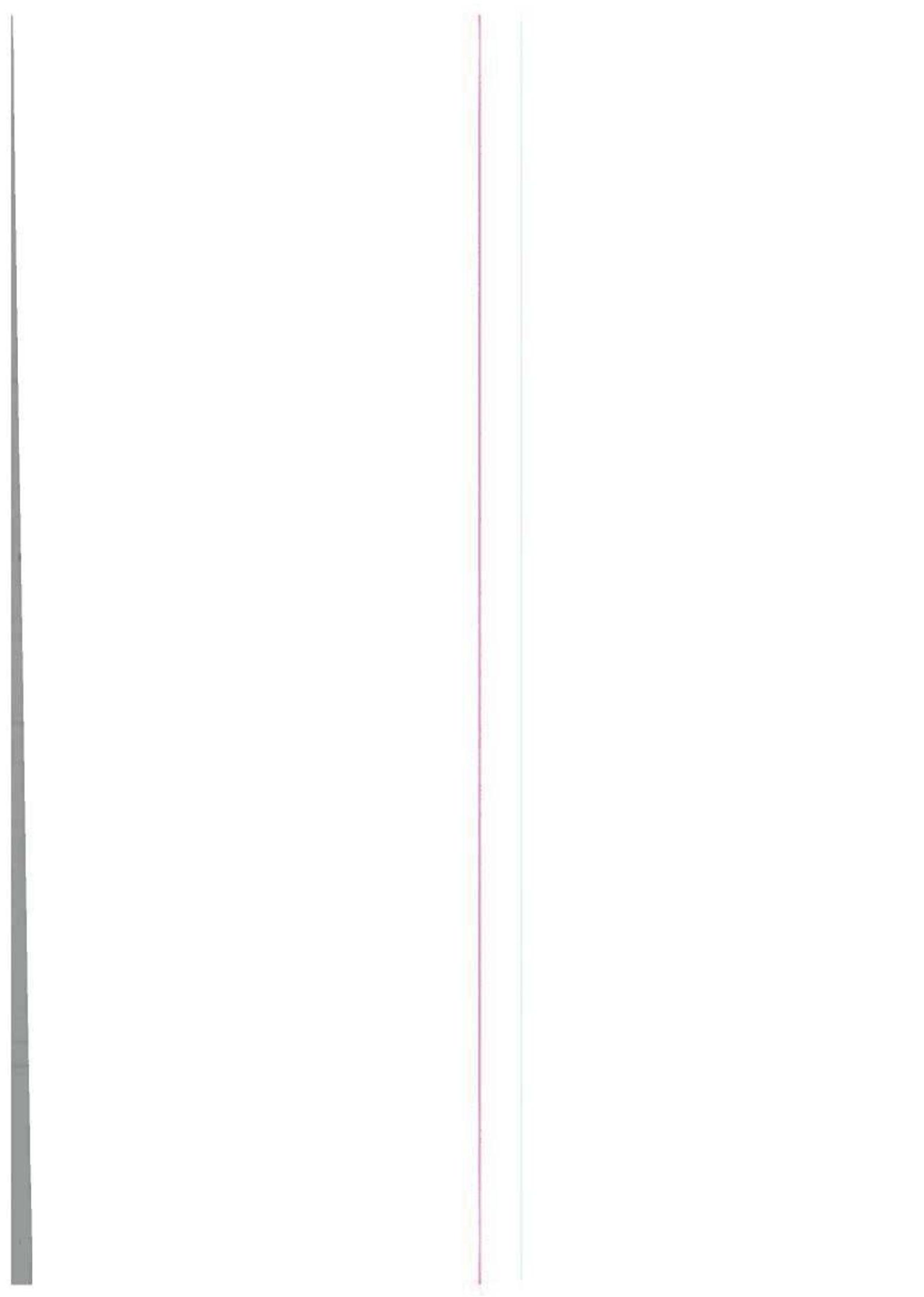
Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receitas operacionais	15	2.274.849	2.025.514
Custos e despesas operacionais			
Medicamentos, materiais e serviços médicos	16	(873.868)	(756.920)
Despesa com pessoal e encargos	17	(759.239)	(630.645)
Despesas administrativas e gerais	18	(373.082)	(316.499)
Depreciações e amortizações		(111.045)	(88.834)
Provisão para perdas esperadas		(49.652)	(30.465)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	19	13.060	(49.026)
		<u>(2.153.826)</u>	<u>(1.872.389)</u>
Superávit operacional antes do resultado financeiro		<u>121.023</u>	<u>153.125</u>
Receitas financeiras	20	25.852	27.164
Despesas financeiras	20	<u>(75.950)</u>	<u>(52.560)</u>
Despesas financeiras, líquidas	20	<u>(50.098)</u>	<u>(25.396)</u>
Superávit do exercício		<u><u>70.925</u></u>	<u><u>127.729</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

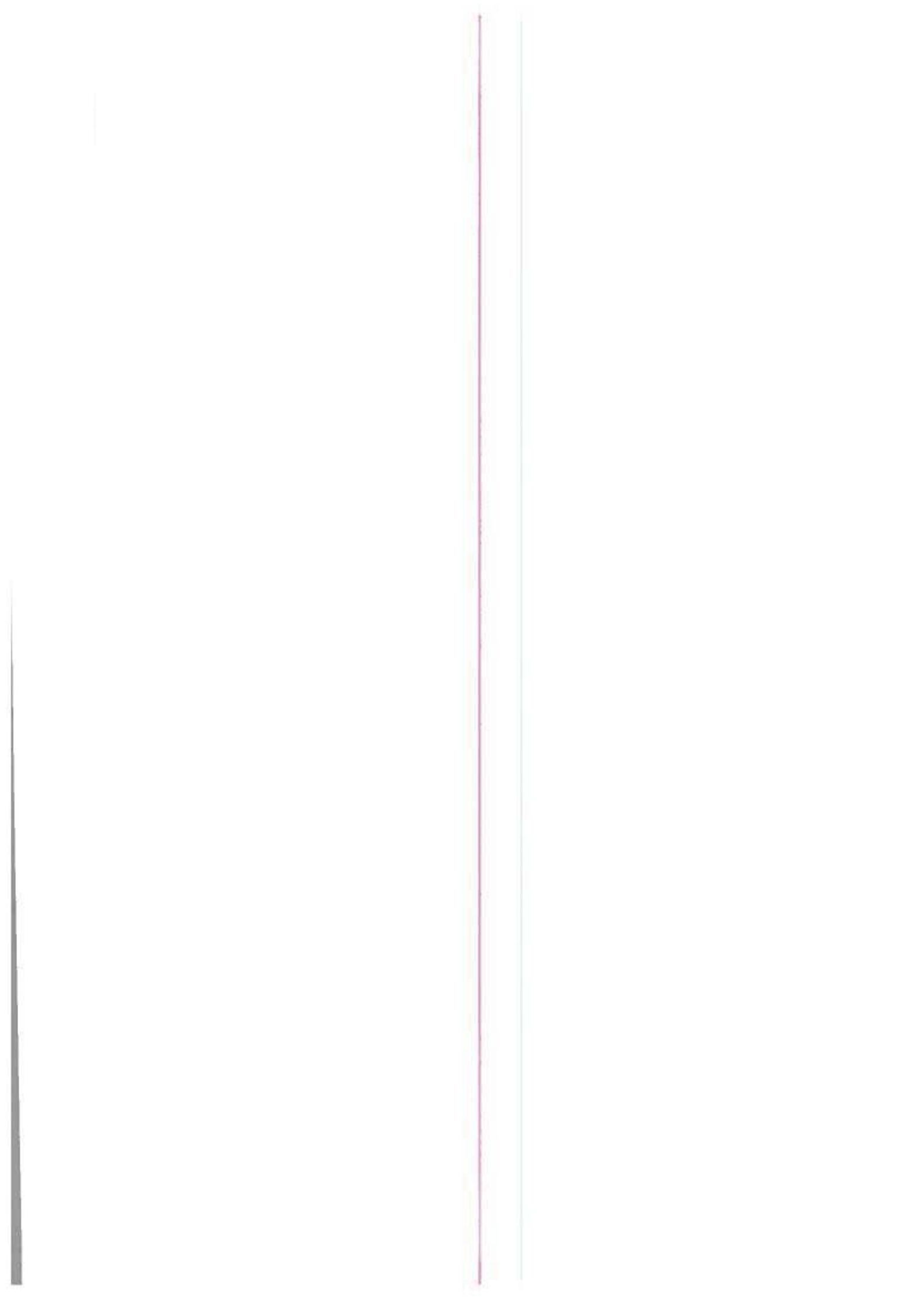
Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Superávit do exercício	<u>70.925</u>	<u>127.729</u>
Resultado abrangente total	<u><u>70.925</u></u>	<u><u>127.729</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês

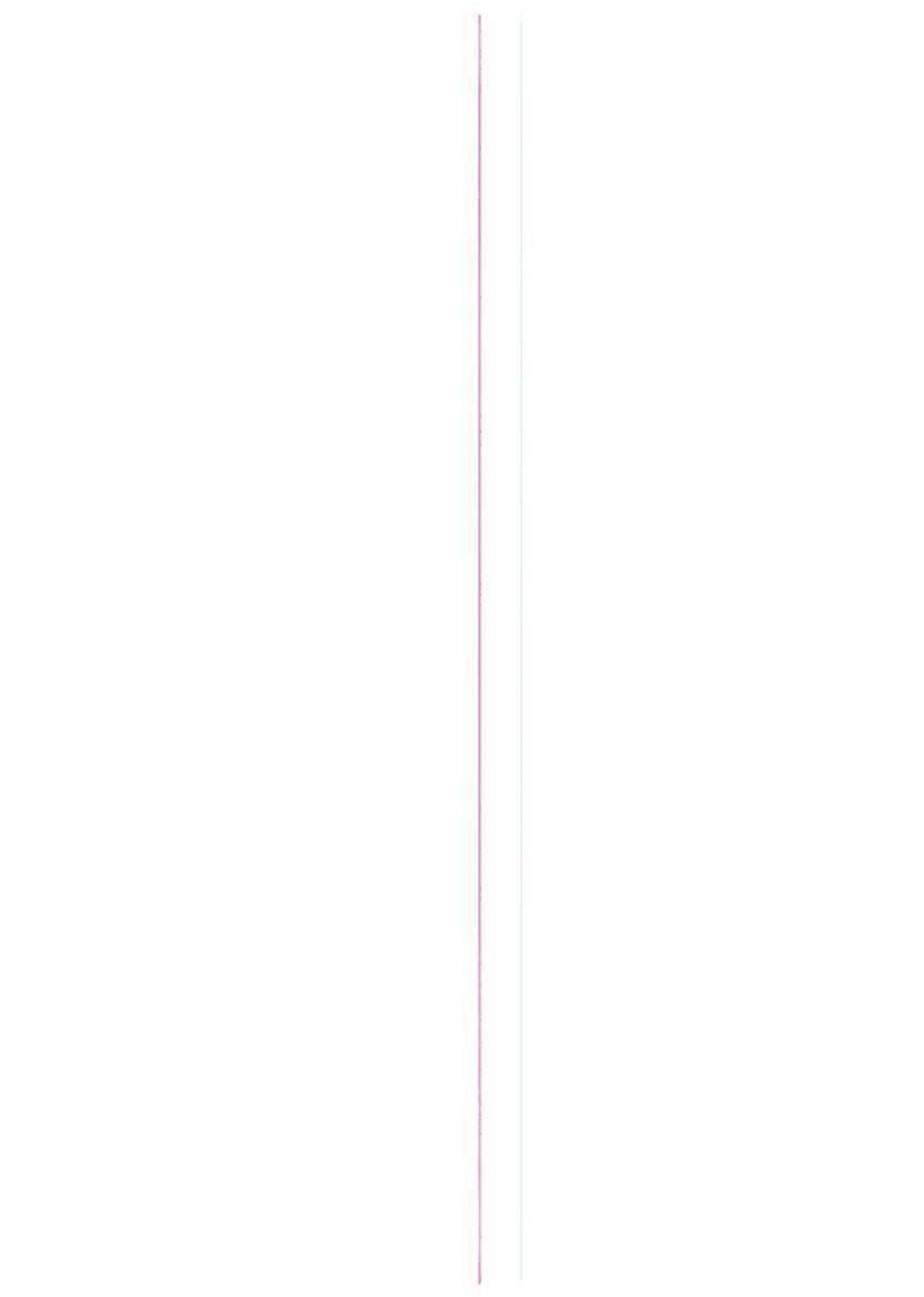
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Doações acumuladas	Reserva de reavaliação	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>1.469.740</u>	<u>46.923</u>	<u>46.224</u>	<u>-</u>	<u>1.562.887</u>
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	127.729	127.729
Superávit do exercício	-	-	-	(127.729)	-
Incorporação do superávit ao patrimônio social	<u>127.729</u>	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.597.468</u>	<u>46.923</u>	<u>46.224</u>	<u>-</u>	<u>1.690.616</u>
Realização da reserva de reavaliação	7.877	-	(7.877)	-	-
Superávit do exercício	-	-	-	70.925	70.925
Incorporação do superávit ao patrimônio social	<u>70.925</u>	-	-	<u>(70.925)</u>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.676.270</u>	<u>46.923</u>	<u>38.347</u>	<u>-</u>	<u>1.761.540</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírrio-Libanês

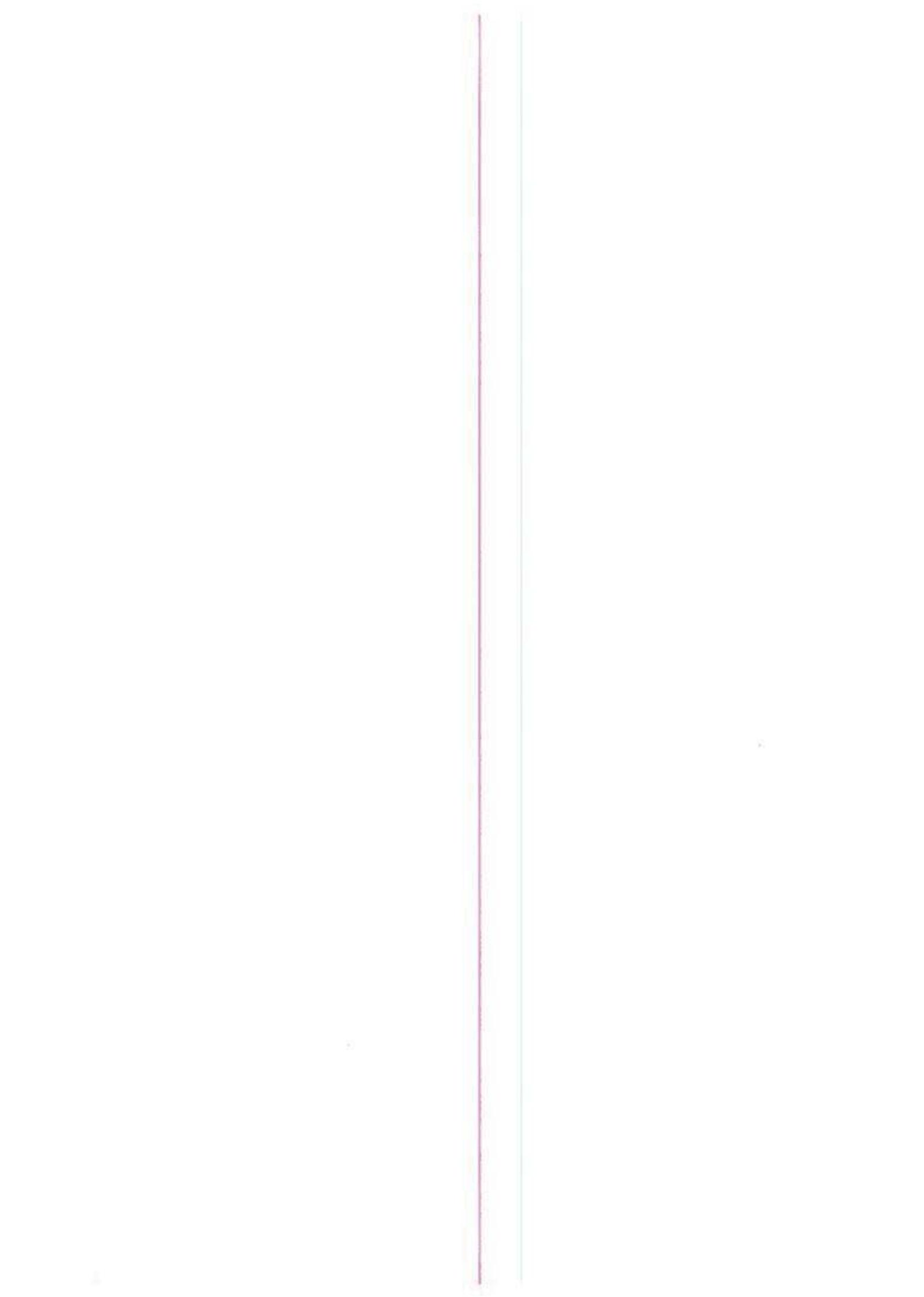
Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa da atividades operacionais		
Superavit do exercício	70.925	127.729
Ajuste por		
Depreciação e amortização	111.045	88.834
Provisão para devedores duvidosos	68.696	1.877
Juros de empréstimos e financiamentos	32.983	34.959
Juros de arrendamento	12.735	-
Atualizações monetárias e variações cambiais, líquidas	5.096	7.939
Provisão para gastos com filantropia	(1.974)	24.311
Provisão de Impairment	-	19.158
Resultado na venda de ativos imobilizados	541	642
Aumento (redução) em provisões de contingências	1.963	(19)
	<u>302.010</u>	<u>305.429</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Títulos e valores mobiliários	(2.114)	7.419
Contas a receber de pacientes e convênios	(182.604)	(44.300)
Estoques	(16.152)	(7.836)
Outras contas a receber	1.866	3.729
Depósitos judiciais	43.445	(2.849)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	19.065	(6.078)
Obrigações trabalhistas e tributárias	14.929	(2.690)
Outras contas a pagar	10.527	(9.379)
	<u>190.972</u>	<u>243.446</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
	<u>492.982</u>	<u>548.875</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de propriedades para investimento	(4.080)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(181.429)	(203.416)
	<u>(185.509)</u>	<u>(203.416)</u>
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos		
	<u>(136.976)</u>	<u>(136.976)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
<i>Empréstimos e financiamentos</i>		
Captação de Empréstimos	341.000	150.000
Amortização do principal	(421.021)	(73.055)
Amortização dos juros	(33.721)	(34.710)
<i>Arrendamento mercantil</i>		
Pagamento principal	(28.697)	-
	<u>(142.439)</u>	<u>42.235</u>
Caixa líquido (utilizado) proveniente nas atividades de financiamento		
	<u>(136.976)</u>	<u>82.265</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		
	<u>(136.976)</u>	<u>82.265</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	255.644	173.379
No fim do exercício	118.668	255.644
	<u>(136.976)</u>	<u>82.265</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		
	<u>(136.976)</u>	<u>82.265</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês (“Sociedade”), fundada em 1º de dezembro de 1921, é uma associação civil de direito privado de caráter beneficente, social e científico, sem finalidade de lucro, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira. A Sociedade tem por objeto a promoção de obras de assistência social e a prestação de serviços hospitalares.

- **Hospital:** Oferece assistência médica, que engloba todas as etapas do cuidado com a saúde. Atendimento médico de emergência, unidade de terapia intensiva, ampla medicina diagnóstica, internações terapêuticas de alta complexidade, reabilitação, núcleos, centros de especialidade, dentre outros serviços. Para garantir a excelência do cuidado com os pacientes, oferece programas integrados de ensino e pesquisa a fim de manter todos os profissionais de saúde com conhecimento atualizado. A prática assistencial está alinhada às principais tendências médicas na área da saúde. Com a organização de serviços especializados de Medicina Avançada, qualificamos o cuidado médico na instituição. A Medicina Avançada é estruturada por núcleos e centros de especialidades médicas com o envolvimento de profissionais interdisciplinares. O Hospital olha para o futuro desses centros e os vêem como uma fonte expressiva para a revelação e a retenção de novos talentos. Dessa forma, o conceito dos Núcleos e dos Centros de Medicina Avançada contribuiu significativamente para a qualidade do Corpo Clínico. Hoje, os médicos do Hospital estão reunidos em torno de seus Centros de Especialidades, com intercâmbio de experiências, o que possibilita mais informação e melhor atendimento.
- **Responsabilidade social:** A filantropia constitui o pilar social de nosso trabalho. É baseada em fazer mais para quem mais precisa e no protagonismo da nossa coletividade. Esse processo se dá por meio das políticas públicas de saúde voltadas aos cidadãos com acesso restrito a serviços de qualidade. A política que estabelecemos com nossos projetos filantrópicos visa a apoiar o Sistema Único de Saúde (SUS) no sentido de auxiliá-lo em seu desenvolvimento contínuo. Por esse motivo, nossas ações filantrópicas buscam compartilhar o conhecimento adquirido pela instituição para que as políticas coletivas de saúde e redes públicas de atenção médica tenham parâmetros mais eficazes e eficientes a fim de garantir a universalidade e integralidade da assistência aos cidadãos em geral. Diante disto, em 2019 desenvolvemos juntamente com o Ministério da Saúde, os Projetos filantrópicos abaixo:

Projetos filantrópicos

- Apoio as Ações Estratégicas do SUS
- Apoio às atividades da Agência Nacional de Saúde Suplementar em avaliação de Tecnologias em Saúde (ANS)
- Banco Público de Sangue de Cordão Umbilical - BSCUP-RH
- Bioengenharia para o Tratamento de Malformações Craniofaciais Congênitas

- Capacitação para identificação e tratamento precoce da SEPSE nas unidades de pronto atendimento (UPAS) em pacientes adultos.
- Curso EAD para capacitação em sangue, tecidos e células para inspetores de vigilância sanitária
- Desenvolvimento da Gestão de Programas de Residência e da Preceptorial no SUS (DGPSUS)
- DigiSUS: Formação de Recursos Humanos para a Implantação da Estratégia de e-Saúde do Brasil.
- Escola de Transplantes da Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês
- Estudo multicêntrico, duplo-cego, randomizado, placebo-controlado sobre o efeito do (Carvedilol) na prevenção da cardiotoxicidade relacionada ao uso de antraciclina.
- Gestão de Políticas de Saúde Informadas por Evidências (ESPIE)
- IMPACTO MR
- Integração e Ampliação da Telessaúde para o apoio à regulação na qualificação do encaminhamento ambulatorial
- Melhorando a Segurança do Paciente em Larga Escala no Brasil
- Plano Ampliado de Desenvolvimento da Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde (PADEpiSUS).
- Produção e Uso de Plasma rico em plaquetas (PRP) para fins terapêuticos não transfusionais.
- Projeto Assistencial Atendimento de Radioterapia
- Reconstrução mamária de pacientes após câncer de mama
- Rede Sentinelas em Ação
- Residências
- Terminologias de Medicamentos
- Vitamina C, Hidrocortisona e Tiamina em pacientes com choque séptico: estudo clínico randomizado (VITAMIN TRIAL).
- Melhores Práticas Médicas

- **BNDES**
Consultoria e Assessoria Técnica aos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais em todo o Brasil

- **PRONON**
Abiraterona em doses reduzidas no Tratamento do câncer de próstata metastático resistente à castração.
- Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP): O IEP possui uma estrutura avançada e diversificada para o suporte das atividades de ensino e pesquisa. O Centro de Treinamento é equipado com moderna infraestrutura para cursos e pesquisa tecnológica nas mais diversas especialidades.

Ampliar as fronteiras da pesquisa científica em saúde é um dos objetivos do IEP. Os avançados laboratórios de pesquisa estão preparados para o desenvolvimento de projetos científicos sobre os mais abrangentes e complexos temas. Todo o desenvolvimento científico segue diretrizes e normas de pesquisa em saúde regulamentadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os cursos de educação continuada reúnem o que existe de mais avançado no cuidado médico, com abordagens educacionais inovadoras para a educação permanente de profissionais da saúde.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 28 de abril de 2020.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Sociedade no qual o Arrendamento Mercantil foi adotado. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas nas notas explicativas 7 e 11.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5** - provisão para perdas esperadas;
- **Nota explicativa 6** - valor residual do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa 13** - provisão para contingência.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Sociedade requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Sociedade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativa 21** - instrumentos financeiros.

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Sociedade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e

pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos financeiros que não possuem a característica de caixa e equivalentes de caixa são apresentados na rubrica de títulos e valores mobiliários.

c. Contas a receber de pacientes e convênios

As contas a receber de pacientes e convênios são registradas pelo valor faturado. A conta valores a faturar refere-se serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

d. Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Sociedade possui procedimento periódico para análise do custo e valor realizável líquido dos estoques, bem como realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Custos subsequentes

Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do

componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativas são as seguintes:

Edificações	25 a 50
Instalações	20
Equipamentos hospitalares	10 a 26
Móveis e utensílios	7 a 15
Hardware	10
Software	5
Veículos	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos da Entidade em relação ao ano anterior.

f. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente.

A Administração da Sociedade efetuou os testes para os saldos dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2019, e nenhum indicativo de impairment foi encontrado. Portanto não haverá constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

g. Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

h. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

i. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Sociedade não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

k. Apuração do resultado

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

l. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Sociedade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Sociedade registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários nas demonstrações financeiras, vide nota explicativa nº 19.

m. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Sociedade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros são registrados pelo valor justo e qualquer mudança no valor desses ativos, os ganhos e/ou perdas são reconhecidas no resultado do exercício.

n. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de pacientes e convênios e outras contas a receber.

(i) Passivos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

o. Mudanças nas principais políticas contábeis

CPC 06 R2 (IFRS 16) – Operação de Arrendamento Mercantil

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 – “Leases”, que substituiu a IAS 17 e suas interpretações, tem como principal objetivo redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico brasileiro CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017.

O novo pronunciamento estabelece um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias.

Abordagem de transição:

A Administração optou pela transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em superávits acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados por meio da taxa de empréstimo incremental da Sociedade em 1º de janeiro de 2019.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; e
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Não há ativos arrendados com opções de compra. Se houver, o ativo será reduzido por perdas por redução de valor recuperável.

Conforme facultado, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor e também contratos que envolvem parcerias públicas, manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício e também não estão incluídos no passivo de arrendamento. Para os contratos com opção de prorrogação automática na vigência prestes a vencer, a Sociedade aplica julgamento sobre sua intenção de permanecer no contrato para atualizar ativos e passivos.

Os saldos reconhecidos em balanço patrimonial estão demonstrados nas notas 7 e 11.

Outras novas normas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	9.021	9.013
Aplicações financeiras	109.647	246.631
	118.668	255.644
Títulos e valores mobiliários		
Circulante	52.421	50.307

As aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros em média de 100,3% do CDI (100,5% em 2018). Em 2019 o rendimento das aplicações financeiras geraram receita financeira no montante de R\$ 12.113 (R\$ 19.135 em 2018)

Os títulos e valores mobiliários, mantidos no ativo circulante, em 2019 e 2018 referem-se a recursos em garantia requeridos nos contratos de empréstimos e financiamentos.

5 Contas a receber de pacientes e convênios

	2019	2018
<u>Circulante</u>		
Convênios e seguradoras	351.406	287.252
Cobrança judicial	7.935	5.170
Pacientes particulares	157.945	87.742
Cartão de crédito	21.940	19.894
Cheques a descontar	9.251	5.841
Cursos	7.506	3.487
Valores a faturar	100.600	97.092
	656.583	506.478
Provisão para perdas esperadas	(35.615)	-
	620.968	506.478

*Sociedade Beneficente de Senhoras
Hospital Sírio-Libanês
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018*

<u>Não circulante</u>	2019	2018
Convênios e seguradoras	46.202	22.207
Cobrança judicial	103.435	95.980
Pacientes particulares	8.426	7.742
Cartão de crédito	252	140
Cursos	480	228
	<u>158.795</u>	<u>126.298</u>
Provisão para perdas esperadas	(158.795)	(125.714)
	<u>-</u>	<u>583</u>
	<u>620.968</u>	<u>507.061</u>

As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	2019	2018
A vencer	427.855	317.186
Vencidos até 30 dias	35.622	49.601
Vencidos entre 31 e 180 dias	115.879	77.620
Vencidos entre 181 e 360 dias	77.229	61.593
Vencidos há mais de 361 dias	158.794	126.775
	<u>815.379</u>	<u>632.775</u>

A provisão para perdas esperadas constituídas para cobrir eventuais perdas de contas a receber apresentaram a seguinte movimentação:

Saldo em 31/12/2017	<u>123.837</u>
(+)constituições	29.436
(-) Reversão	<u>(27.559)</u>
Saldo em 31/12/2018	<u>125.714</u>
(+)constituições	93.918
(-) Reversão	<u>(25.222)</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>194.410</u>

6 Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Custo					
Edificações	1.226.029	16	-	39.405	1.265.450
Edificações - reavaliação	55.908	-	-	-	55.908
Máquinas e equipamentos	426.469	69.307	(2.564)	33.519	526.731
Terrenos	70.895	-	-	-	70.895
Móveis e utensílios	55.307	5.330	(492)	3.974	64.119
Hardware e software	109.347	22.285	(599)	10.277	141.310
Veículos	150	-	-	-	150
Patentes	1.500	-	-	-	1.500
Beneficentárias em imóveis de terceiros (a)	46.758	-	-	99.331	146.089
Imobilizado em andamento (b)	182.715	84.492	-	(186.506)	80.701
Total custo	2.175.078	181.430	(3.655)	-	2.352.853
Depreciação					
Edificações	(102.201)	2.322	-	-	(99.879)
Edificações - reavaliação	(11.123)	(75)	-	-	(11.198)
Máquinas e equipamentos	(173.172)	(37.505)	2.150	-	(203.527)
Móveis e utensílios	(31.651)	(4.252)	396	-	(35.507)
Veículos	(128)	(4)	-	-	(132)
Hardware e software	(67.125)	(17.344)	568	-	(83.901)
Instalações	(184.536)	(32.050)	-	-	(216.586)
Beneficentárias em imóvel de terceiros	(28.678)	(6.393)	-	-	(35.071)
Total depreciação	(598.614)	(90.301)	3.114	-	685.801
Saldo líquido	1.576.464	91.129	(541)	-	1.667.052

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Custo					
Edificações	1.203.867	168	(2.045)	24.039	1.226.029
Edificações - reavaliação	55.908	-	-	-	55.908
Máquinas e equipamentos	379.486	20.658	(2.363)	28.688	426.469
Terrenos	70.895	-	-	-	70.895
Móveis e utensílios	55.241	3.101	(756)	(2.279)	55.307
Hardware e software	93.743	12.920	(459)	3.643	109.347
Veículos	150	-	-	-	150
Patentes	1.500	-	-	-	1.500
Beneficentárias em imóveis de terceiros (a)	46.456	103	-	199	46.758
Imobilizado em andamento	57.846	177.114	2.045	(54.290)	182.715
Total custo	1.964.592	214.064	(3.578)	-	2.175.078
Depreciação					
Edificações	(92.160)	(10.041)	-	-	(102.201)
Edificações - reavaliação	(11.048)	(75)	-	-	(11.123)
Máquinas e equipamentos	(144.510)	(27.298)	1.905	(3.269)	(173.172)
Móveis e utensílios	(31.957)	(3.566)	603	3.269	(31.651)
Veículos	(124)	(4)	-	-	(128)
Hardware e software	(54.637)	(17.908)	420	-	(67.125)
Instalações	(154.516)	(30.028)	8	-	(184.536)
Beneficentárias em imóvel de terceiros	(23.764)	(4.914)	-	-	(28.678)
Total depreciação	(512.716)	(81.834)	2.936	-	(598.614)
Saldo líquido	1.451.876	125.230	(642)	-	1.576.464

a. Benfeitorias em imóveis de terceiros

Com a abertura de novas filiais, foram necessários investimentos em instalações em bens de terceiros para a devida adequação no atendimento de diagnóstico e procedimento hospitalar. Estas benfeitorias foram aplicadas nos imóveis das Unidades Itaim, Jardins, Brasília I, Brasília II, Brasília III e Hospital Sírio-Libanês Brasília. As benfeitorias relacionadas a estes imóveis são depreciadas de acordo com o tempo de contrato de aluguel a partir da data de início das atividades.

b. Imobilizado em andamento

Refere-se a projetos de construções, reformas, desenvolvimento tecnológico, importação de equipamentos, adequações e Hospital Sírio-Libanês Brasília.

7 Direito de uso

A Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio-Libanês possui operações de arrendamento de ativos como: imóveis e equipamentos médicos. Após criteriosa análise foi verificado que os contratos de aluguel de equipamentos médicos não atendem aos critérios aplicados no pronunciamento técnico CPC 06 (IFRS 16). A instituição não é responsável por sua manutenção e os equipamentos podem ser substituídos em qualquer momento.

O prazo médio dos contratos de locação de imóveis vão de 2 a 30 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições, não contendo cláusulas restritivas e os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

A alocação da depreciação do ativo de direito de uso é realizada de forma sistemática e linear, baseada no período do contrato. A vida útil será reavaliada periodicamente de forma a capturar alterações nas intenções de continuidade do arrendamento seja por questões estratégicas ou por intenção do locador.

Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, mediante a ressarcimentos previstos em contrato, o entendimento da Sociedade é que esses contratos devem ser tratados como arrendamento mercantil, registrando a despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento.

A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

	Vida útil Anos	Adição Inicial	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2019
Direito de uso – imóveis	2 a 30	176.002	4.574	-	180.576
Amortização Direito de Uso		-	(20.744)	-	(20.744)
Total		176.002	(16.170)	-	159.832

8 Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores nacionais	175.832	150.181
Fornecedores internacionais	<u>3.700</u>	<u>10.286</u>
	<u>179.532</u>	<u>160.467</u>

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	2019	2018
A vencer até 30 dias	96.937	91.795
A vencer de 31 a 180 dias	<u>82.595</u>	<u>68.672</u>
	<u>179.532</u>	<u>160.467</u>

9 Obrigações trabalhistas

	2019	2018
Provisão de férias	66.739	56.215
Contribuições e encargos	<u>23.121</u>	<u>18.715</u>
	<u>89.860</u>	<u>74.930</u>

10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos decorrem basicamente, da utilização para aquisição de bens do ativo imobilizado, conforme demonstramos a seguir:

Moeda nacional	Taxa a.a.	Finalidade	2019	2018
Brasil (i)	5,50%	Obras	-	35.595
BNDES (i)	TJLP + 5,50%	Obras	-	35.593
CRI Safra	CDI 98,5%	Obras	37.026	18.277
Juros s/ Financiamento			1.690	2.617
Passivo circulante			38.716	92.082

Moeda nacional	Taxa a.a.	Finalidade	2019	2018
Banco do Brasil (i)	TJLP + 5,50%	Expansão e modernização	-	162.670
BNDES (i)	TJLP + 5,50%	Expansão e modernização	-	162.672
CRI Safra	CDI 98,5%	Obras	92.684	129.710
Bradesco	CDI 114%	Expansão e modernização	340.072	-
Passivo não circulante			432.756	455.052
			471.472	547.134

- (i) Em dezembro de 2019 a Instituição liquidou os empréstimos em aberto junto ao BNDES e Banco do Brasil. Em 2020, paralelamente a entidade fez uma captação de R\$ 341.000 junto ao Banco Bradesco.

A conciliação da movimentação patrimonial dos passivos financeiros com os fluxos de caixa da atividade de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa estão a seguir demonstradas.

Sociedade Beneficente de Seouloras
Hospital Sírio-Libanês
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

	Principal		Juros		Aprop. Comissão	Variação cambial e atualização monetária	Transferência	Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Provisão				
Circulante								
Em moeda nacional	92.082	(421.021)		32.983	(33.721)	5.741	362.842	38.716
Em moeda estrangeira	92.082	(421.021)		32.983	(33.721)	5.741	362.842	38.716
Não Circulante								
Em moeda nacional	455.052	341.000	-	-	-	-	(362.842)	432.756
Em moeda estrangeira	455.052	341.000	-	-	-	-	(362.842)	432.756
Total	547.134	341.000	(421.021)	32.983	(33.721)	5.741	-	471.472

	Principal		Juros		Aprop. Comissão	Variação cambial e atualização monetária	Transferência	Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Provisão				
Circulante								
Em moeda nacional	72.937	(73.055)		29.493	(28.759)	6.812	84.654	92.082
Em moeda estrangeira	72.937	(73.055)		29.493	(28.759)	6.812	84.654	92.082
Não Circulante								
Em moeda nacional	390.191	150.000		5.466	(5.951)	-	(84.654)	455.052
Em moeda estrangeira	390.191	150.000		5.466	(5.951)	-	(84.654)	455.052
Total	463.128	150.000	(73.055)	34.959	(34.710)	6.812	-	547.134

O saldo dos empréstimos e financiamentos classificados como passivo não circulante tem o seguinte prazo de vencimento:

	31/12/2019
2021	105.037
2022	105.037
2023	86.643
2024	68.011
2025	68.028
	432.756

Garantias

Como garantia de parte dos empréstimos e financiamentos, foram dados contas a receber, imóveis e equipamentos no montante de R\$ 52.421. Em dezembro de 2019 os empréstimos que tínhamos este montante como garantia foram quitados. Porém, devido carência os valores foram mantidos no Balanço Patrimonial como "Títulos e valores mobiliários".

Cláusulas contratuais "indicadores financeiros"

Determinados compromissos preveem o cumprimento de indicadores econômico-financeiros, os quais incluem: liquidez corrente, dívida líquida sobre o patrimônio, dívida líquida sobre a EBITDA, índice de cobertura e caixa mínimo. A Sociedade vem cumprindo regularmente com estes indicadores.

Além das cláusulas relacionadas a indicadores financeiros, os contratos preveem outros compromissos como atendimentos a requerimentos legais e aderência a algumas boas práticas corporativas e administrativas. A Sociedade vem cumprindo regularmente com estes compromissos.

11 Arrendamento mercantil

Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de aproximadamente 10,36%, variando de acordo com o prazo de cada contrato, e estão composto conforme segue.

Em 31 de dezembro de 2019, a movimentação dos passivos de arrendamento mercantil são:

	Saldo em 31/12/2018	Adição inicial	Adições	Apropriação de juros	Amortização do Principal	Saldo em 31/12/2019
Imóveis	-	176.002	4.574	12.735	(28.697)	164.614
Total	-	176.002	4.574	12.735	(28.697)	164.614

Tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos arrendamentos, demonstrando os pagamentos que serão feitos após a data base. De acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17:

	<u>31/12/2019</u>
Até 1 ano	24.462
Mais de um ano e menos de cinco anos	95.986
Mais de cinco anos	<u>333.865</u>
	454.313
(-) Encargos financeiros futuros	<u>(289.699)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u><u>(289.699)</u></u>
Circulante	7.522
Não circulante	157.092

Os vencimentos das parcelas do passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2019, estão demonstrados abaixo:

2021	21.640
2022	21.052
2023	20.232
2024 em diante	<u>94.168</u>
	<u><u>157.092</u></u>

12 Outras contas a pagar

	2019	2018
Provisão de repasses médicos	26.466	23.838
Provisão de despesas, consignados e serviços contratados	16.757	14.079
Depósitos de pacientes	9.015	7.400
Adiantamentos	5.892	2.435
Outros	<u>564</u>	<u>415</u>
	<u><u>58.694</u></u>	<u><u>48.167</u></u>

13 Provisões para contingências

A Sociedade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis, nos montantes indicados a seguir:

	2019			2018		
	Saldo de Contingência	Depósito Judicial	Saldo Líquido	Saldo de Contingência	Depósito Judicial	Saldo Líquido
Cíveis	5.136	-	5.136	1.942	-	1.942
Trabalhistas	2.912	-	2.912	1.531	-	1.531
ISS s/faturamento (i)	-	-	-	2.279	-	2.279
FGTS	18.066	(18.066)	-	16.770	(16.437)	333
ITCMD	1.240	-	1.240	1.240	-	1.240
Total de contingências	27.354	(18.066)	9.288	23.762	(16.437)	7.325

- (i) Em 2019 após avaliação Jurídica e Tributária a entidade optou pela reversão do ISS s/ Faturamento de Brasília, a Instituição é imune a esse tributo e o processo está em julgamento.

As movimentações das contingências possuem a seguinte composição:

	2019				
	Saldo final 2018	Adição	Baixa	Atualização Monetária	Saldo final 2019
Cíveis	1.942	3.194	-	-	5.136
Trabalhistas	1.531	1.381	-	-	2.912
ISS s/faturamento	2.279	849	(3.128)	-	-
ITCMD	1.240	-	-	-	1.240
FGTS	16.770	1.097	-	199	18.066
Depósitos Judiciais	(16.437)	(883)	-	(746)	(18.066)
Total de contingências	7.325	5.638	(3.128)	(547)	9.288

	2018				
	Saldo final 2017	Adição	Baixa	Atualização Monetária	Saldo final 2018
Cíveis	1.724	218	-	-	1.942
Trabalhistas	-	1.531	-	-	1.531
ISS s/faturamento	4.366	1.069	(3.635)	479	2.279
ITCMD	1.240	-	-	-	1.240
FGTS	14.544	1.252	-	974	16.770
Depósitos Judiciais	(14.530)	(1.208)	-	(699)	(16.437)
Total de contingências	7.344	2.862	(3.635)	754	7.325

Os depósitos judiciais mantidos no ativo não circulante, que não possuem passivos contingentes associados, possuem a seguinte composição:

	2019	2018
ICMS sobre importações de equipamentos	18.083	17.116
PIS (ii)	-	44.890
Outros depósitos	6.660	6.181
Total	24.743	68.187

- (ii) Em dezembro de 2019 recebemos o montante de R\$ 44.890 referente depósito judicial do processo do PIS.

Demandas tributárias

A Sociedade está envolvida em processos tributários avaliados com perda possível no montante R\$ 407.019 (R\$ 395.798 em 2018), sem provisão constituída, sendo os principais processos:

- (i) Autuação Fiscal - processos administrativos pendentes de recurso:
- a. Contribuição Previdenciária referente à cota patronal não recolhida com base no CEBAS, no montante atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R\$ 92.169 (R\$ 90.413 em 2018) referentes ao período de janeiro de 2001 a julho de 2002;
 - b. Contribuições à seguridade social, correspondentes à parte da empresa do período de agosto de 2002 a março de 2004 no montante atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R\$ 40.271 (R\$ 39.168 em 2018)
 - c. Cobrança cota SAT e contribuição de terceiros de 2006 a 2008 no montante atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R\$ 154.147 (R\$ 149.925 em 2018);
- (ii) Processo judicial pleiteando o reconhecimento de imunidade nos processos de importação de ICMS no período de 2008 até 2012. Risco de perda possível atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R\$ 49.959 (R\$ 42.633 em 2018).

Demandas Cíveis

Os processos cíveis que a Sociedade está envolvida, decorrentes do curso normal dos seus negócios são classificados como risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. O montante para os processos cíveis em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 32.839 (R\$ 24.581 em 2018),

Nas ações relacionadas às questões de erro médico, a Sociedade contrata seguro de responsabilidade civil que é acionado nas ações em curso para cobertura de eventual indenização.

Demandas Trabalhistas

Os processos trabalhistas que a Sociedade está envolvida, surgidos no curso normal dos seus negócios são classificados como risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

O montante referente aos processos trabalhistas em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 9.284 (R\$ 8.705 em 2018).

14 Patrimônio líquido

14.1 Patrimônio social

Conforme estatuto social, a Sociedade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, portanto não distribui nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

No caso de extinção ou dissolução da Sociedade, quaisquer que sejam as razões, todos os bens móveis e imóveis que integram o seu patrimônio serão revertidos a uma ou mais instituições beneficentes, filantrópicas e de assistência social, consideradas de utilidade pública, indicadas e aprovadas pela Assembleia Geral, registradas como tal nos termos vigentes, localizadas preferencialmente no Estado de São Paulo.

14.2 Doações acumuladas

Representa as doações acumuladas de exercícios anteriores registradas diretamente no patrimônio líquido enquanto as práticas contábeis adotadas no Brasil (anterior a Lei 11.638/07 implementada a partir do ano de 2008) permitiam tal reconhecimento.

14.3 Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação foi constituída em decorrência da reavaliação parcial de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada no exercício de 2007. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o superávit acumulado.

Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Sociedade possuir imunidade tributária.

15 Receitas operacionais

	2019	2018
Receita bruta		
Pacientes convênios	1.777.242	1.592.387
Pacientes particulares	567.877	436.833
Pacientes não pagantes	99.746	81.579
Ensino e pesquisa	31.464	22.931
Outras receitas	36.022	36.220
	<u>2.512.351</u>	<u>2.169.950</u>
Deduções		
Assistência prestada à pacientes não pagantes	(99.746)	(38.025)
Glosas	(81.105)	(81.579)
Descontos e cancelamentos	(56.651)	(24.832)
	<u>(237.502)</u>	<u>(144.436)</u>
	<u>2.274.849</u>	<u>2.025.514</u>

16 Medicamentos, materiais e serviços médicos

	2019	2018
Serviços médicos	(383.932)	(317.153)
Medicamentos	(259.595)	(235.185)
Materiais e descartáveis	(230.341)	(204.582)
	<u>(873.868)</u>	<u>(756.920)</u>

17 Despesa com pessoal e encargos

	2019	2018
Salários e ordenados	(610.382)	(505.429)
Benefícios a funcionários	(87.953)	(75.966)
Encargos sociais	(47.568)	(39.018)
Verbas indenizatórias	(13.336)	(10.232)
	<u>(759.239)</u>	<u>(630.645)</u>

18 Despesas administrativas e gerais

	2019	2018
Matéria de consumo	(56.780)	(50.324)
Consultoria e assessoria	(53.155)	(52.168)
Serviços de limpeza, lavanderia, segurança	(39.794)	(30.325)
Viagem e refeição	(35.619)	(17.804)
Utilidades - serviços públicos	(32.795)	(26.673)
Manutenção e engenharia	(29.091)	(27.195)
Suporte e infraestrutura de TI	(24.663)	(19.720)
Eventos, Cursos e simpósios	(20.846)	(13.038)
Condomínio	(12.194)	(23.886)
Serviços de marketing	(11.282)	(9.347)
Nutrição	(11.211)	(10.608)
Seguros	(3.901)	(2.958)
Taxas	(2.979)	(3.280)
Taxas de cartões	(2.843)	(2.678)
Donativos	(2.634)	(3.540)
Trabalho voluntário	(634)	(560)
Outras despesas	(32.661)	(22.395)
Total	(373.082)	(316.499)

19 Outras (receitas) despesas operacionais líquidas

	2019	2018
Receita de Aluguel	5.834	5.462
Receita Propriedade para investimentos	4.080	-
Provisões (reversões) de filantropia (i)	1.974	(24.311)
Provisão de impairment IRSSL (ii)	-	(19.158)
Receita com trabalhos voluntários	634	559
Outras despesas (receitas) diversas	538	(11.578)
	13.060	(49.026)

- (i) Em 2018 foi iniciado o novo triênio (2018-2020) referente ao envio de projetos Filantrópicos ao Ministério da Saúde, de acordo com a Lei nº 12.101/2009 e o Decreto nº 7.237/2010. Dessa forma, deve-se aplicar no exercício vigente a imunidade referentes ao exercício anterior. Com isso em 2019 foi reconhecida a provisão para gastos com filantropia R\$ 22.337 (provisão de R\$ 24.311 em 2018). Refere-se à contribuição imune e o montante aplicado em projeto filantropia. Esse saldo deve ser aplicados até o final do triênio (2018 - 2020)
- (ii) Em 31/12/2018 a administração definiu a constituição da Provisão de impairment do saldo a receber do IRSSL, conforme análise dos fluxos da devolução parcial ocorrida em 2018 comparado ao saldo total devido pelo Instituto e por consequência o tempo total de devolução total, concluiu-se pelo reconhecimento da provisão de não recuperabilidade do saldo.

20 Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	12.113	19.135
Atualizações monetária ativa	4.782	3.961
Variações cambiais ativas	4.410	(135)
Juros Ativos	2.864	1.766
Descontos obtidos	1.683	1.729
Outras receitas financeiras	-	708
	<u>25.852</u>	<u>27.164</u>
Despesas financeiras	2019	2018
Juros de empréstimos e financiamentos	(32.983)	(36.995)
Juros de direito uso	(12.735)	-
Encargos sobre financiamentos	(7.864)	(128)
Desconto concedido hospitalar e ensino	(7.216)	-
Atualizações monetárias passivas	(6.207)	(8.070)
Variações cambiais passivas	(4.054)	(3.830)
Outras despesas financeiras	(4.891)	(3.537)
	<u>(75.950)</u>	<u>(52.560)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(50.098)</u>	<u>(25.396)</u>

21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Sociedade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco de moeda

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Sociedade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Sociedade, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Sociedade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Sociedade.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Sociedade caso um cliente ou contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios, particulares e em títulos de investimento.

- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** - A política de gestão de risco corporativo determina que a Sociedade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Sociedade. A Sociedade possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.
- **Contas a receber de clientes** - Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas junto aos convênios médicos e constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Com relação aos valores a receber de convênios e particulares, a Sociedade constitui provisão para perdas julgada suficiente para cobrir eventuais inadimplências.

A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	118.668	255.644
Títulos e valores mobiliários	4	52.421	50.307
Contas a receber de pacientes e convênios	5	620.968	507.061
Outros ativos		38.549	40.415
Total		830.606	853.427

Risco de liquidez

É o risco em que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são apresentadas a seguir:

*Sociedade Beneficente de Senhoras
Hospital Sírio-Libanês
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018*

31/12/2019		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	471.472	542.775	30.717	29.663	163.253	319.142
Fornecedores	179.532	179.532	179.532	-	-	-
Outras contas a pagar	58.694	58.694	58.694	-	-	-
Total	709.698	781.001	268.943	29.663	163.253	319.142

31/12/2018		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	547.134	652.977	54.899	72.128	268.330	257.620
Fornecedores	160.467	160.467	160.467	-	-	-
Outras contas a pagar	48.167	48.167	48.167	-	-	-
Total	755.768	861.611	263.533	72.128	268.330	257.620

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Sociedade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Sociedade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Sociedade.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar o retorno.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se a pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundo renda fixa. Nas taxas de câmbio, o risco também é mitigado, uma vez que a Sociedade possui reduzida parcela de aquisição de materiais em moeda estrangeira e não possui contas a receber ou aplicações em moeda estrangeira.

Risco de moeda

A Sociedade mantém operações de empréstimos em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. Os montantes em aberto em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão mencionados na Nota Explicativa nº 10. A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais envolve o uso de contratos a termo para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2019 a Sociedade não possui nenhum contrato em aberto de *hedge* cambial.

Exposição em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2019 a Sociedade não possui nenhum empréstimo em moeda estrangeira em aberto.

Gestão de capital

A política da Administração da Sociedade é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Sociedade procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações.

22 Partes relacionadas

	2019	2018
Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês	19.158	19.158
Provisão de impairment	<u>(19.158)</u>	<u>(19.158)</u>

Em 2016 e 2017 a Sociedade efetuou aportes emergenciais ao Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês ("IRSSL"). O IRSSL é uma organização social cujo a Sociedade é mantenedora.

Os aportes foram efetuados no sentido de auxiliar o IRSSL na cobertura de seu fluxo de caixa operacional. Os aportes não possuem garantia, juros e multa.

A Administração da Sociedade decidiu em 2018 efetuar a provisão integral de R\$ 19.158, dos valores a receber do IRSSL em função das dificuldades de caixa enfrentada por essa entidade. Apesar da provisão integral a Sociedade mantém negociações com o IRSSL no sentido de reaver financeiramente os recursos repassados.

Transações comerciais com partes relacionadas

No ano de 2019 a Sociedade contratou serviços especializados na área de Diagnósticos por Imagem com a empresa Medcer Diagnóstico por Imagem Ltda., controlada pelo Dr. Giovanni Guido Cerri, membro do Conselho de Administração. A Sociedade incorreu no total de despesa no exercício de 2019 de R\$ 65.590 (R\$ 58.600 em 2018). Ressalta-se que o Dr. Giovanni Guido Cerri deixou o Conselho de Administração no mês de dezembro do ano de 2019.

No ano de 2019 a Sociedade contratou serviços médicos especializados com a empresa UCO Serviços Médicos Ltda., controlada pelo Dr. Roberto Kalil Filho, atual membro do Conselho de Administração. A Sociedade incorreu no total de despesa no exercício de 2019 de R\$ 720 (R\$ 594 em 2018). Ressalta-se que o Dr. Roberto Kalil Filho deixou o Conselho de Administração no mês de dezembro do ano de 2019.

No ano de 2019 a Sociedade contratou serviços médicos especializados com as empresas Grupo A.K. de Oncologia S/S e A.K. – Serviços Médicos S/S controladas pelo Dr. Artur Katz, membro do Conselho de Administração. O montante de despesas de serviços prestados pelas empresas no exercício de 2019 foi de R\$ 5.500 (R\$ 10.560 em 2018). Ressalta-se que o Dr. Artur Katz deixou o Conselho de Administração no mês de dezembro do ano de 2019.

Durante o ano de 2019, a Sociedade aportou ao Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“IRSSL”) o valor de R\$ 4.321(2018 em R\$ 2.902). Esse aporte foi efetuado a fim de cobertura das despesas da estrutura administrativa da unidade corporativa.

Durante o ano de 2019, a Sociedade aportou ao Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“IRSSL”) o valor de R\$ 18.410(2018 em R\$ 9.833). Esse aporte foi efetuado a fim de cobrir atendimentos e procedimentos efetuados em unidades do IRSSL, referente a projetos assistências do PROADI.

Durante o ano de 2019, a Sociedade aportou ao Hospital Municipal Menino Jesus (Unidade pertencente ao IRSSL) o valor de R\$ 1.155 (2018 em R\$ 0). Esse aporte foi efetuado em forma de doações de materiais de reforma.

Durante o ano de 2019, a Sociedade aportou ao Hospital Geral do Grajau (Unidade pertencente ao IRSSL) o valor de R\$ 2.061 (2018 em R\$ 0). Esse aporte foi efetuado em forma de doações de materiais de reforma.

Remuneração da administração

A Sociedade não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho fiscal, de deliberativo, de administração e diretoria de senhoras.

23 Tributos e contribuições

23.1 Imposto de Renda e Contribuição Social

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Sociedade goza do benefício da imunidade do recolhimento do tributo e da contribuição acima citados incidentes sobre o resultado, de acordo com o art. 15 da Lei 9.532 de 1997 e art. 150 da Constituição Federal. Onde preenche os requisitos previstos no art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN) e art. 12 caput, § 2º, alíneas “a” a “e”, “g” e “h”, e § 3º da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

23.2 PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Sociedade estaria sujeita ao recolhimento da contribuição para o PIS calculado sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. Até o ano de 2017 a entidade efetuava o recolhimento via depósito judicial. No entanto, considerando a existência de discussão judicial e decisão favorável em 2017, não há portanto obrigatoriedade de efetuar novos depósitos judiciais em relação a esses valores.

23.3 COFINS

Por ser entidade filantrópica, a Sociedade é imune do recolhimento da COFINS incidente sobre suas receitas, de acordo com as Leis n.º 8.212/1991 (cujo atual correspondente é o artigo 29 da Lei 12.101/2009), onde os valores calculados anualmente até dezembro 2018 compõem juntamente com a Imunidade Previdenciária o total revertido em Projetos Filantrópicos. Em 2019 a Instituição efetuou uma revisão jurídica e tributária nas bases de Impostos e Tributos a serem considerados para isenção de Filantropia – PROADI. Nessa revisão definiu-se por retirar o COFINS da referida base. Portanto, para o ano de 2020 será executado o valor de R\$ 170.689.

24 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- ITCMD (Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de quaisquer bens ou direitos)
- IPVA (Imposto de Propriedade de Veículos Automotores)
- IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)

25 Filantropia

A Sociedade atendendo a lei n.º 8.742/93 art. 8 incisos IV, foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, pelo processo n.º 00000.111880/1962-00, deferida em sessão realizada no dia 02 de maio de 1963.

Em 2018 foi solicitada a 8ª renovação do CEBAS, pelo processo n.º 25000.062729/2018-38, o qual foi encaminhado ao Ministério da Saúde, como determina o art.21 da lei 12.101/2009, de 27 de novembro de 2009, publicada em 30 de novembro de 2009, sendo que enquanto este pedido estiver em análise junto ao DCEBAS, mantém-se válida a certificação anterior.

Também no de 2009, a Sociedade passou a integrar o Grupo de Hospitais Estratégicos de Excelência junto ao Ministério da Saúde, para cumprimento à Lei n.º 12.101 de 27 de novembro de 2009, ao Decreto n.º 8.242 de 23 de maio de 2014 e à Portaria n.º 2.734/GM - MS de 17 de novembro de 2008, referente a aplicação de projetos filantrópicos junto ao Ministério da Saúde.

Com base na regra estabelecida pelo Ministério da Saúde, detalhada na nota 25, a Sociedade deverá aplicar aos projetos estabelecidos os valores que obteve de contribuições imunes respeitando-se a aplicação integral dentro do triênio 2018-2019-2020.

Os valores aplicados no triênio em relação às isenções usufruídas estão detalhados a seguir bem como as isenções usufruídas, destacando-se que os gastos em projetos foram superiores as isenções do período.

	2019	2018
Recursos aplicados em filantropia no período	172.663	133.173
Glosa	-	-
Recursos líquido aplicados em filantropia no período	172.663	133.173
Isenções à aplicar	2019	2018
COFINS	62.119	60.312
INSS Cota Patronal	108.570	97.172
Total de isenções usufruídas	170.689	157.484

Em 2019 a Sociedade efetuou uma revisão jurídica e tributária nas bases de cálculo de apuração de imunidades tributárias a serem considerados para isenção de Filantropia – PROADI-SUS. Com base em estudos internos e apoio dos seus assessores jurídicos, revisitou os critérios para mensuração da estimativa de gastos, de forma prospectiva e, com base nessa revisão definiu-se por retirar o COFINS da referida base de cálculo.

26 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras das companhias.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, foi observado mudança no mix de atendimentos, aumento de atendimentos de emergências e redução de cirurgias eletivas mas sem comprometimento das receitas e margens. A entidade não observa aumento no risco de crédito de seus clientes nesse momento, bem como mantém os recursos financeiros aplicados em instituições de primeira linha. Além disso, nenhuma mudança relevante na estrutura financeira e operacional foi efetuada em decorrência desse assunto.

Marta Kehdi Schahin

Marta Kehdi Schahin
Presidente da Sociedade Beneficente de
Senhoras

Denise Alves da Silva Jafet

Denise Alves da Silva Jafet
Presidente do Conselho Deliberativo

Paulo Chapchap

Paulo Chapchap
Diretor Geral

Edi Carlos Reis de Souza
Diretor de Operações Corporativas

Carlos Alberto Marsal
Diretor Financeiro

Felipe Alves Teixeira
Contador
CRC 1SP300919/O-3

